



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
16 de outubro
de 2020

Após 20 anos, bancas de revistas são realocadas

Com mais de 20 anos funcionando no Bairro Renascença, as bancas de revista e jornais receberam ordens de relocação na manhã desta quinta-feira (15) após um mandado de segurança contra a relocação ter sido negado na última quinta-feira.

A retirada foi uma recomendação da Promotoria de Urbanismo. De acordo com o **Ministério Público**, tanto as bancas quanto o ponto de táxi, não estão de acordo com os códigos municipais, além de estarem em calçadas e em um cruzamento, o que pode causar risco para motoristas e pedestres.

Após articulação com a Vara de Interesses Difusos e Coletivos, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), a Blitz Urbana, a Promotoria do Meio Ambiente e de Controle Externo da Atividade Policial, e os comerciantes das bancas, foi decidido a relocação temporária, ainda na quinta-feira (15), para o espaço ao lado da lanchonete Mcdonalds. A instalação definitiva será feita no estacionamento em frente ao Tropical Shopping, que é uma área pública.

"Não podemos levar hoje, por dois fatores, o estacionamento está cheio e os comerciantes precisam construir uma base para a banca e instalar energia elétrica. Nós tivemos o compromisso de todos os envolvidos de que haveria adequação provisória e, posteriormente, a remoção definitiva para a área em frente ao Tropical", explicou o defensor.

Avisos A família de Luiz Henrique Costa, 41 anos, possui uma banca de revistas há mais de 20 anos, no mesmo local, no Renascença II, em frente ao Trometropolitana pical Shopping, na Rua Jornalista Miécio Jorge. O comerciante conta que, apesar do tempo em que está no espaço, no último ano, sua banca começou a receber avisos de desocupação.

Os avisos não foram apenas para Luiz Henrique, mas para todas as bancas de revistas e jornais e para o ponto de táxi do local.

"É a segunda ou a terceira vez que eles nos notificam. Entramos com um mandado de segurança para permanecermos no local, que foi negado e, na última sexta-feira (9), recebemos um prazo de cinco dias, independentemente do feriado e do fim de semana, para sairmos do local.

Ontem, as 18h, a Blitz Urbana veio até aqui para pedir que fosse retirado tudo, mas onde eu iria colocar minhas coisas? Nada foi informado, não nos mostraram o espaço novo e toda mudança é um gasto novo", relatou Luiz Henrique Costa Após aviso que a desocupação seria realizada nesta quinta-feira (15), DPE-MA entrou com ação para garantir que os comerciantes permanecessem no local que já ocupam há mais de anos, com a afirmativa de que não seria ideal, no meio de uma crise econômica, relocar comerciantes que já estavam há 20 anos habitando um mesmo espaço

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/16/#primeiro-caderno/pagina/12>

Sem ordem judicial, MPE manda retirar bancas de revistas no renascença depois de 20 anos

Nessa quinta-feira (15), sem ordem judicial, duas bancas de revistas estabelecidas há mais de 20 anos num canteiro do Renascença, além de um ponto de táxi e uma lanchonete, foram retiradas a contragosto e transferidas para um espaço ladeado pelo Monumental Shopping e McDonalds. A operação de ontem, executada pela Blitz Urbana, deu-se por determinação do **Ministério Público**, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que tem à frente o promotor Luís Fernando Cabral Barreto Junior PÁG. 5

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/edicao-7fcfe08f607be8a5080919cac82eb78a.pdf

Sem ordem judicial, MPMA manda retirar bancas de revistas no Renascença depois de 20 anos

Crise econômica, mudança nos padrões de consumo e efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as formas convencionais de interação com o público.

Atravessar essas dificuldades do presente e seguir em atividade no futuro parecia pouco para órgãos dos poderes Judicial e Executivo, em relação a duas bancas de revistas, instaladas há mais de duas décadas no canteiro da Avenida Miécio Jorge, no bairro do Renascença, em São Luís. Nessa quinta-feira (15), sem decisão assinada por juiz, mas com um acordo feito pelas partes interessadas já no fim da manhã, após uma série de embates, as duas bancas, um ponto de táxi e uma lanchonete, a contragosto, foram transferidos para um espaço ladeado pelo Monumental Shopping e McDonalds. A operação de ontem, executada pela Blitz Urbana, se deu por determinação do **Ministério Público**, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que tem à frente do promotor Luís Fernando Cabral Barreto Junior.

"Cadê a ordem judicial?" Uma corrente humana gritou, repetitivamente, para guardas municipais e funcionários da Blitz Urbana, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de São Luís (Semurh), quando a banca da família de Luís Henrique Costa Aires, de 41 anos, estava prestes a ser removida. Frentes representativas da sociedade civil, candidatos ao cargo de vereador, e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPEMA) agiam freneticamente para a permanência das estruturas, meio ao desespero dos donos dos estabelecimentos.

"Sobre a remoção na data de hoje (ontem), somente cinco dias atrás é que recebemos o aviso. E, por volta das 18h de quarta-feira (14), foi que a Blitz Urbana veio até nós, pedindo que retirássemos todos os produtos de dentro das estruturas. Não estou dizendo que não sairei daqui, mas quero mais tempo de planejamento, e um espaço que tenha o mesmo valor comercial que este. Vendemos para as pessoas que circulam por esta rua, há de haver um local com o mesmo fluxo, para que sejamos realocados", declarou Henrique Costa, dono da Banca Shalon.

"Eu trabalho na venda de lanches. Hoje (ontem) ainda

nem abri meu trailer, devido a esta possibilidade de remoção do meu estabelecimento. Trabalho neste ponto há aproximadamente 22 anos. Aqui, as vendas já estão cruéis, se formos para um espaço com movimento menor que o desta via, as dificuldades financeiras só aumentarão", disse Conceição Souza Dias, de 56 anos.

Vale ressaltar que as bancas de revistas, e a de venda de lanches, não seriam "demolidas", mas levadas para um espaço no mesmo bairro, ladeado pelo Monumental Shopping e McDonalds. Ocorre que, mesmo o endereço de destino ser bem localizado, comercialmente não seria vantajoso, de acordo com os proprietários das bancas e do trailer. Já o ponto de táxi foi derrubado pelos próprios taxistas, que não demonstraram nenhuma resistência.

A falta de ordem judicial foi o ponto de discussão que levou quase a manhã inteira, até que se chegasse a um acordo, mediado pelo defensor-público da DPE, Jean Carlos Nunes, que coordena o Núcleo de **Direitos Humanos**.

"Em articulação com a Vara de Direitos Difusos e Coletivos, com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), com a Blitz Urbana, e com as **promotorias de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural e Controle Externo de Atividades Policiais, além dos donos das bancas, ficou acertado que as estruturas seriam levadas para o espaço provisório (ao lado do McDonalds), mas que as instalações definitivas serão no estacionamento em frente ao Tropical Shopping, também no Renascença 2", informou Jean Carlos.

À imprensa, o defensor-público disse que a transferência para o espaço fixo só não seria feita ainda ontem, porque o estacionamento estava cheio de veículos. E que bases de concreto ainda serão construídas, para receber as bancas; além de instalações elétricas que precisam ser feitas. "A Defensoria luta para garantir a sobrevivência digna destas famílias proprietárias destes estabelecimentos. Não entramos no mérito de a remoção ser indevida ou não, mas se vão promovê-la, que as condições de alternativas e sobrevivência destas pessoas sejam

dadas", destacou Jean Carlos. No fim das contas, os estabelecimentos saíram de um espaço público para outro.

NA JUSTIÇA No dia 12 de abril, deste ano, uma equipe da Blitz Urbana teria feito uma visita às duas bancas de revistas, a um trailer de venda de lanches, e ao ponto de táxi.

A visitação teve como objetivo dar a notícia de que o promotor Fernando Barreto, que é titular da 1ª Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, havia intimado a Prefeitura para a retirada dos empreendimentos.

Representados pelo advogado Carlos Magno Sampaio Lima, os proprietários das bancas e do trailer recorreram na Justiça com um "mandado de segurança coletivo", pedindo por meio de liminar a permanência das estruturas no logradouro. No dia 12 de maio, o titular da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, juiz Douglas de Melo Martins, indeferiu o pedido. No entanto, o documento assinado pelo magistrado, a qual o Jornal Pequeno teve acesso, não há ordem para a retirada das bancas de revistas, do ponto de táxi, e da lanchonete.

Já a decisão do magistrado se baseou na Lei 1790/68, do Código de Posturas do Município de São Luís, que dispõe em seu artigo 87 que "é proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeitos de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem".

Na Avenida Miécio Jorge, na manhã de ontem, a remoção dos empreendimentos foi encabeçada pelo secretário-adjunto de Fiscalização da Semurh, Samuel Dória, que é o diretor da Blitz Urbana. Nos primeiros minutos do movimento, chegaram ao local os promotores José Cláudio Cabral e Cláudio Guimarães, da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial.

"Quando existem estas operações, das quais o Estado ou Município farão uso do poder de polícia, por medida administrativa, eu acompanho para que depois não haja argumentos dos tipos 'abuso de autoridade' e 'resistência'. Já a questão judicial, que determina a retirada das bancas, compete à Promotoria do Fernando Barreto.

Mas li sentenças de dois juízes, afirmando que, nesta situação, o que prepondera é o interesse público. Calçada foi feita para pedestres, e não para bancas de revistas, lanchonetes... A questão aqui (na Avenida Miécio Jorge) é de código de postura, de urbanismo,

de municipalidade", destacou o promotor Cláudio Guimarães, dando ênfase sobre manter a legalidade no ato de retirada das bancas da via pública, onde elas ficaram por cerca de 20 anos.

SEM ORDEM JUDICIAL De acordo com o defensor público Jean Carlos, a DPE teria constatado a inexistência de ordem judicial, para a retirada das bancas e da lanchonete. E, de forma enfática, ele disse que se ação da Blitz Urbana fosse um cumprimento de ordem judicial, deveria haver no local a presença de um oficial de Justiça, responsável pela condução da retirada. Não havia oficial de Justiça na manhã de ontem, na Miécio Jorge.

O defensor informou, ainda, que a ação de ontem resultava de uma ação administrativa do **Ministério Público**, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que está obrigado a Blitz Urbana a retirar as bancas do canteiro central da avenida.

Jean Carlos afirmou que os donos das duas bancas de revistas ingressaram com medida judicial na Vara da Fazenda Pública, mas que ainda está pendente de apreciação.

ALTERNATIVA Desde o início da presença da Blitz Urbana no local, o diretor Samuel Dória deixou claro que a retirada seria feita, mas que o destino final do remanejamento poderia ser negociado, e que ouviria as preferências de cada um dos proprietários das estruturas removidas

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/edicao-7fcfe08f607be8a5080919cac82eb78a.pdf

Sem ordem judicial, bancas de revistas são retiradas no Renascença depois de 20 anos

Crise econômica, mudança nos padrões de consumo e efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as formas convencionais de interação com o público. Atravessar essas dificuldades do presente e seguir em atividade no futuro parecia pouco para órgãos dos poderes Judicial e Executivo, em relação a duas bancas de revistas, instaladas há mais de duas décadas no canteiro da Avenida Miécio Jorge, no bairro do Renascença, em São Luís.

Nessa quinta-feira (15), sem decisão assinada por juiz, mas com um acordo feito pelas partes interessadas já no fim da manhã, após uma série de embates, as duas bancas, um ponto de táxi e uma lanchonete, a contragosto, foram transferidos para um espaço ladeado pelo Monumental Shopping e McDonalds.

A operação de ontem, executada pela Blitz Urbana, se deu por determinação do **Ministério Público**, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que tem à frente do promotor Luís Fernando Cabral Barreto Junior. "Cadê a ordem judicial?" Uma corrente humana gritou, repetitivamente, para guardas municipais e funcionários da Blitz Urbana, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de São Luís (Semurh), quando a banca da família de Luís Henrique Costa Aires, de 41 anos, estava prestes a ser removida.

Frentes representativas da sociedade civil, candidatos ao cargo de vereador e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPEMA) agiam freneticamente para a permanência das estruturas, meio ao desespero dos donos dos estabelecimentos.

"Eu trabalho na venda de lanches. Hoje (ontem) ainda nem abri meu trailer, devido a esta possibilidade de remoção do meu estabelecimento. Trabalho neste ponto há aproximadamente 22 anos. Aqui, as vendas já estão cruéis, se formos para um espaço com movimento menor que o desta via, as dificuldades financeiras só aumentarão", disse Conceição Souza Dias, de 56 anos.

Vale ressaltar que as bancas de revistas, e a venda de lanches, não seriam "demolidas", mas levadas para um espaço no mesmo bairro, ladeado pelo Monumental Shopping e McDonalds. Ocorre que, mesmo o endereço de destino ser bem localizado,

comercialmente não seria vantajoso, de acordo com os proprietários das bancas e do trailer. Já o ponto de táxi foi derrubado pelos próprios taxistas, que não demonstraram nenhuma resistência.

A falta de ordem judicial foi o ponto de discussão que levou quase a manhã inteira, até que se chegasse a um acordo, mediado pelo defensor-público da DPE, Jean Carlos Nunes, que coordena o Núcleo de **Direitos Humanos**. "Em articulação com a Vara de Direitos Difusos e Coletivos, com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), com a Blitz Urbana, e com as **promotorias de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural e Controle Externo de Atividades Policiais, além dos donos das bancas, ficou acertado que as estruturas seriam levadas para o espaço provisório (ao lado do McDonalds), mas que as instalações definitivas serão no estacionamento em frente ao Tropical Shopping, também no Renascença 2", informou Jean Carlos.

À imprensa, o defensor-público disse que a transferência para o espaço fixo só não seria feita ainda ontem porque o estacionamento estava cheio de veículos. E que bases de concreto ainda serão construídas, para receber as bancas; além de instalações elétricas que precisam ser feitas.

No fim das contas, os estabelecimentos saíram de um espaço público para outro.

NA JUSTIÇA

No dia 12 de abril, deste ano, uma equipe da Blitz Urbana teria feito uma visita às duas bancas de revistas, a um trailer de venda de lanches, e ao ponto de táxi. A visita teve como objetivo dar a notícia de que o promotor Fernando Barreto, que é titular da 1ª Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, havia intimado a Prefeitura para a retirada dos empreendimentos.

Representados pelo advogado Carlos Magno Sampaio Lima, os proprietários das bancas e do trailer recorreram na Justiça com um "mandado de segurança coletivo", pedindo por meio de liminar a permanência das estruturas no logradouro.

No dia 12 de maio, o titular da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, juiz Douglas de Melo Martins, indeferiu o

Blitz Urbana realiza remanejamento de bancas de revistas no Renascença

Por Lorena Rodrigues 15/10/2020

Ação Administrativa do **Ministério Público**, executada pela Blitz Urbana da Prefeitura de São Luís, realiza remanejamento de bancas de revistas no bairro Renascença II, na capital, na manhã desta quinta-feira (15).

A remoção se deu após recomendação da Primeira Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente do **Ministério Público** visando a desobstrução de calçadas e locais de uso público na capital. Segundo a promotoria, as bancas ficam localizadas em um cruzamento que dificulta a visibilidade dos motoristas nas vias.

A Secretaria de Habitação e Urbanismo ofereceu aos proprietários um novo local que fica ao lado do Tropical Shopping, no Jardim Renascença, para o remanejamento das bancas. Ao todo serão realocadas três bancas. A Promotoria de Controle Externo acompanhou a ação para garantir a ordem no local. A Blitz Urbana está executando a decisão do **Ministério Público**.

Participam da ação os promotores Cláudio Cabral e Cláudio Guimarães, além do diretor da Blitz Urbana, Doria de Carvalho Junior.

Jean Nunes, defensor público do Núcleo de **Direitos Humanos**, falou ao Portal MA 10 sobre esse deslocamento das bancas.

"A gente acordou a partir de uma articulação da vara de interesse difusos coletivos da promotoria de meio ambiente e da promotoria de controle externo, da SMTT e dos próprios proprietários das bancas o deslocamento provisório (das bancas) hoje, para o lado McDonald's, e a colocação definitiva das duas bancas no estacionamento em frente ao Tropical Shopping. A gente pensa que o diálogo é o melhor caminho, as proprietárias estão retirando seus materiais e o pessoal da Blitz está dando apoio.", afirma Jean Nunes, defensor público.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/10/15/blitz-urbana-realiza-remanejamento-de-bancas-de-revistas-no-renascenca/>

Promotora Lítia Cavalcanti pede explicações sobre as deficiências do transporte de Ferry-boat

Fernanda Fernandes

Em busca de uma solução para melhor atender o usuário que utiliza o ferry-boat como meio de transporte que liga São Luís a Baixada Maranhense, a promotora do **Núcleo de Defesa do Consumidor**, Lítia Cavalcanti, falou sobre as reclamações em razão do declínio da qualidade e os atrasos nos horários das viagens dos serviços prestados pelas empresas responsáveis pelos ferry-boats.

Segundo a promotora, não há uma solução porque não existe uma manutenção. "Se olhar 10 anos atrás, estamos trabalhando o mesmo tema. O transporte de ferry já faz parte da rotina das pessoas, eles fazem um acordo, melhora por um tempo e declina o serviço", disse Lítia.

Com os atrasos dos ferry-boats, acidentes sendo noticiados, superlotação e indignação dos usuários, a situação é caótica para o consumidor. "Não somos gestores e nem podemos. O que queremos é que o poder público faça sua obrigação, porque de quatro em quatro anos fazem acordos que não são cumpridos. Isso é uma questão dos gestores maranhenses, o transporte que é incorporado na rotina do trabalhador não pode ficar para depois".

De acordo com Lítia, é necessário buscar um meio para suprir o vácuo na empresa que entrou em dificuldade financeira e tomar as providências necessárias. "Temos que pelo menos punir os responsáveis, pois é um serviço de extrema essencialidade ao consumidor. Tem pessoas que utilizam o transporte duas vezes na semana para trabalhar, e os gestores precisam focar mais nessa demanda. Já se busca trabalhar na questão de resolver, ter uma resolução até a licitação, depois da licitação já pensar em outro momento, assim como foi no transporte público de São Luís", finalizou a promotora.

O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) promoverá, na segunda-feira, 19, uma reunião entre o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor**, Lítia Cavalcanti e promotores de justiça

da Baixada maranhense.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/10/16/promotora-litica-cavalcanti-pede-explicacoes-sobre-as-deficiencias-do-transporte-de-ferry-boat/>

MPMA adere à campanha #Meninaspelaigualdade

Da assessoria

São Luís - Durante a apresentação do webnário "Gestar, nascer, crescer: do plano nacional ao marco legal da primeira infância", realizado de forma virtual, na tarde desta terça-feira, 13, o **Ministério Público** do Maranhão aderiu à campanha #Meninaspelaigualdade e ao movimento #Meninasocupam, da organização não governamental Plan International. Este é o segundo ano que a instituição participa da campanha e promove ações em favor do movimento.

No início da apresentação da atividade, a promotora de justiça Karla Adriana Vieira, diretora da Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão, concedeu simbólica e temporariamente o cargo de direção da ESMP, à jovem Júlia Rebeca, 17, integrante dos projetos da ONG e ativista dos direitos das meninas. "Buscando dar mais um passo na efetivação de direitos de crianças e adolescentes, por meio da disponibilização de espaços de fala, nos quais elas possam assumir o protagonismo que lhes é merecido, a ESMP, a convite da Plan International, aderiu a esta campanha", ressaltou a promotora de justiça.

A campanha #Meninaspelaigualdade é alusiva ao Dia Internacional da Menina, comemorado em 11 de outubro, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 2011, para reconhecer os direitos das meninas e os desafios únicos que enfrentam em todo o mundo.

No Brasil, a campanha, cuja finalidade de lutar por poder, liberdade e representação para meninas e jovens mulheres, conta com a parceria de outros Ministérios Públicos estaduais. Durante este período, a #Meninaspelaigualdade promove diversas atividades no Brasil e em outros países.

Ocupação

Já o movimento #Meninasocupam é um desdobramento da campanha e objetiva engajar a sociedade em geral e instituições, em ações que promovam o potencial e o talento das meninas e que reduzam suas vulnerabilidades.

Este ano, por conta da pandemia, todas as ocupações estão ocorrendo de forma virtual. Durante todo o mês

de outubro, meninas vão realizar ocupações online em instituições públicas e privadas para exigir um mundo mais justo para elas.

O gesto simbólico tem como objetivo criar oportunidades significativas para ilustrar o direito de todas as meninas de acessar as mesmas oportunidades que meninos e adultos.

Em 2020, o foco do movimento é o combate ao assédio às meninas nas redes sociais. No ano passado, foram 107 ocupações no Brasil e mais de 500 em toda a América Latina.

Até o momento, a Plan International Brasil tem cerca de 30 ocupações programadas. No Maranhão, além do **Ministério Público**, estão previstas parcerias com o Governo do Estado e a Casa da Mulher Brasileira.

Sobre a oportunidade de exercer a função de diretora da ESMP por um dia, Júlia Rebeca comentou: "Este movimento é referente ao Dia da Menina, no qual a gente é incentivada a ocupar espaços de liderança. Fico muito feliz por esta oportunidade, de ter um lugar de fala aqui. Precisamos mostrar a nossa potência, todo o poder que as meninas têm", declarou.

Neste mês, uma nova ação, fruto da parceria do **MPMA** para o movimento #Meninasocupam, está prevista. Jovens garotas, ativistas da Plan International, vão participar das redes sociais do **Ministério Público** do Maranhão, por meio de um vídeo, em mais uma atividade para ocupar de espaços de liderança.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a diretora da ESMP, Karla Adriana Farias, também vão gravar um depoimento sobre a importância da campanha #Meninaspelaigualdade e do movimento #Meninasocupam.

Leia mais notícias em OEstadoMA.com e siga nossas páginas no Facebook, no Twitter e no Instagram. Envie informações à Redação do Jornal de O Estado por WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2564.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/10/16/mpma-a-adere-a-campanha-meninaspelaigualdade/>

SÃO LUÍS - Eleição para diretor das Promotorias da Capital é iniciada

A votação para escolha do novo diretor das Promotorias de Justiça da Capital foi iniciada nesta sexta-feira, 16, às 8h, por meio eletrônico. Os promotores de justiça podem votar até às 13h, por meio de formulário disponível no banner no site do **MPMA**.

O acesso é feito mediante utilização de login e senha dos membros para acesso à intranet, conforme estabelece o Ato Regulamentar que disciplina o pleito eleitoral. A eleição tem como candidato único o **promotor de justiça** Esdras Liberalino Soares Júnior (9ª Promotoria de Justiça Criminal).

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-eleicao-para-diretor-das-promotorias-da-capital-e-iniciada/>

Mulher de Paulo Marinho Jr. tem candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral, em São Benedito do Rio Preto

Clodoaldo Correa

A justiça eleitoral acaba de indeferir o registro de candidatura de Rosi Lopes (PL), ex-companheira do atual prefeito de São Benedito do Rio Preto, Maurício Fernandes, e atual esposa do deputado Paulo Marinho Júnior.

Rosi havia lançado candidatura ao cargo de vice-prefeita, na chapa encabeçada por Joelson Carneiro, primo do prefeito. A aliança de ambos foi muito criticada na cidade.

Para tristeza de Rosi, o juiz Guilherme Valente Soares Amorim de Sousa, titular da 73ª zona eleitoral, atendeu pedido do **Ministério Público** e indeferiu o pedido de registro de candidatura de Rosi Lopes.

Na decisão o juiz ainda reitera que a pretensa candidata foi condenada por a revelia, já que se manteve inerte, mesmo diante de intimação do MP.

Com o indeferimento espera-se que o candidato Joelson Carneiro, que já não vinha tendo o resultado esperado nas eleições, desista de sua candidatura para apoiar o candidato Wallas Rocha (PSC).

É sabido por todos que o grupo de Rosi era o principal financiador da campanha de Joelson. Sem esse "caixa" restará apoiar de graça Wallas Rocha, sem direito a sequer indicar o vice, já que a vaga está ocupada pela filha do ex-prefeito Creomar, Débora Mesquita.

Site: <https://clodoaldocorrea.com.br/2020/10/mulher-de-paulo-marinho-jr-tem-candidatura-indeferida-pela-justica-eleitoral-em-sao-benedito-do-rio-preto/>

Esdras Liberalino é eleito Diretor das Promotorias de Justiça da capital

Foi eleito, nesta sexta-feira (16), para a função de Diretor das Promotorias de Justiça de São Luís, o **promotor de Justiça** Esdras Liberalino Soares Júnior, titular da 9ª Promotoria de Justiça Criminal. Ele recebeu 83 do total de 89 votos válidos. A votação foi realizada por meio eletrônico das 8 às 13h.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, empossou o diretor eleito e destacou o comprometimento de Esdras Liberalino com a instituição. " Tenho certeza que o senhor vai desenvolver um excelente trabalho à frente das Promotorias da Capital. Conte com o apoio de nossa administração para o desempenhar suas funções", afirmou.

Candidato único, Esdras Liberalino já foi diretor no mandato 2015-2016 e agradeceu o apoio dos promotores de justiça. " Vamos trabalhar para dar melhores condições de trabalho aos promotores de justiça e servidores: ampliar a funcionalidade e a acessibilidade da sede das Promotorias da Capital. Recebemos diariamente um grande número de pessoas que buscam o **Ministério Público** em busca de atendimento e orientação. Então melhorar o atendimento será outro foco de nossa gestão".

A comissão eleitoral foi presidida pelo **promotor de justiça** Vicente de Paulo Silva Martins.

Site: <https://blogdominard.com.br/2020/10/esdras-liberalino-e-eleito-diretor-das-promotorias-de-justica-da-capital/>

Esdras Liberalino é eleito diretor das Promotorias da capital

Eduardo Ericeira

O **promotor de justiça** Esdras Liberalino Soares Júnior, titular da 9ª Promotoria de Justiça Criminal, foi eleito, nesta sexta-feira, 16, para a função de Diretor das Promotorias de Justiça de São Luís. Ele recebeu 83 do total de 89 votos válidos. A votação foi realizada por meio eletrônico das 8 às 13h.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, empossou o diretor eleito e destacou o comprometimento de Esdras Liberalino com a instituição. "Tenho certeza que o senhor vai desenvolver um excelente trabalho à frente das Promotorias da Capital. Conte com o apoio de nossa administração para o desempenhar suas funções", afirmou.

Candidato único, Esdras Liberalino já foi diretor no mandato 2015-2016 e agradeceu o apoio dos promotores de justiça. "Vamos trabalhar para dar melhores condições de trabalho aos promotores de justiça e servidores: ampliar a funcionalidade e a acessibilidade da sede das Promotorias da Capital. Recebemos diariamente um grande número de pessoas que buscam o **Ministério Público** em busca de atendimento e orientação. Então melhorar o atendimento será outro foco de nossa gestão".

A comissão eleitoral foi presidida pelo **promotor de justiça** Vicente de Paulo Silva Martins.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/esdras-liberalino-e-eleito-diretor-das.html>

MPMA reforça necessidade de transparência de receitas para combate à Covid-19

gilbertoleda

O **Ministério Público** do Maranhão publicou nota técnica nesta terça-feira, 14, sobre a necessidade de os entes públicos garantirem a transparência de todos os recursos públicos relacionados ao atendimento da pandemia pela Covid-19. O documento foi elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de **Defesa do Patrimônio Público** da **Probidade Administrativa** e da Ordem Econômica e Tributária - Caop-ProAd.

De acordo com a nota, se faz necessária a divulgação, em site oficial específico da Internet, Link Covid-19, de toda a movimentação de recursos públicos transferidos ou repassados ao Estado e aos municípios maranhenses que sejam vinculados ou direcionados especificamente para atender às necessidades do combate à pandemia, sem prejuízo da publicidade das demais receitas nos respectivos portais de transparência.

No documento, o Caop-ProAd destaca que a Lei de Acesso à Informação é um reforço normativo para a garantia de acesso a informações públicas pelo cidadão, garantindo melhor e mais efetivo controle social, especialmente sobre as ações públicas destinadas a combater os efeitos da pandemia.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes da Federação têm a obrigação de disponibilizar o acesso a informações referentes a despesas e receitas, via Rede Mundial de Computadores, inclusive referentes a recursos extraordinários como os da pandemia.

Desta forma, as verbas decorrentes de emendas parlamentares destinadas a ações de combate à Covid-19 também devem ser publicadas em link específico no site oficial do ente público.

Partindo desta premissa, também são consideradas como recursos públicos receitas orçamentárias, as verbas decorrentes de contribuições e doações que pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, quando condicionadas ao financiamento de programas e ações públicas voltadas à mitigação dos efeitos da crise do novo coronavírus.

Nessa perspectiva, as doações também estão sujeitas ao adequado acompanhamento e fiscalização de sua

correta aplicabilidade, devendo também serem divulgadas em link específico para as receitas de Covid-19, como as demais verbas.

O Caop ProbAd destaca que a transparência das receitas no link específico criado para o combate à pandemia da Covid-19 possibilita o maior controle das despesas correlatas. A correta divulgação de dados permite ao cidadão o acompanhamento, em tempo real, de todas as receitas que estão sendo empregadas pelo poder público nas ações, garantindo, assim, um maior controle social e maior efetividade na atuação dos órgãos de fiscalização e controle.

Auxílio Combate à Crise Covid-19

A Lei Complementar Nº 173, de 27 de maio de 2020, prevê o fomento de verbas aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, como forma de auxílio financeiro para o enfrentamento à crise do novo coronavírus. O custeio se dá em quatro parcelas mensais e iguais no exercício de 2020, no valor de R\$ 60 bilhões para aplicação pelos poderes executivos locais.

Deste montante, R\$10 bilhões são destinados para ações de saúde e assistência social, sendo R\$ 7 bilhões aos Estados e ao Distrito Federal e R\$ 3 bilhões aos municípios; R\$ 30 bilhões serão destinados aos Estados e ao Distrito Federal e R\$ 20 bilhões aos municípios, para aplicação em ações diversas ao enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2020/10/16/mpma-reforca-necessidade-de-transparencia-de-receitas-para-combate-a-covid-19/>

Acidente que matou uma pessoa no Mix de Ilson Mateus completa duas semanas

Nesta sexta-feira (16), completa duas semanas do desabamento de prateleiras que ocorreu no Supermercado Mix Mateus, da Curva do 90, em São Luís, deixando uma pessoa morta e oito feridos.

As investigações cíveis e criminais sobre o grave acidente já estão em andamento, no entanto ainda não tem um prazo definido para serem concluídas e as autoridades não deram qualquer posicionamento sobre o andamento do caso. Os procedimentos investigatórios foram instaurados pelo **Ministério Público** e pela Superintendência de Homicídios da Polícia Civil.

Audidores-Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão também estão investigando a existência de irregularidades e infrações relativas às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho e a influência de possíveis infrações relacionadas à jornada de trabalho e aos períodos de descanso garantidos pela legislação; além de entrevistar os trabalhadores e outras pessoas direta ou indiretamente envolvidas, para a apuração dos fatos.

A equipe busca, ainda, identificar as medidas de prevenção que poderiam ter evitado o evento indesejado, bem como as medidas de proteção que poderiam ter reduzido as suas consequências.

Entenda o caso

No dia 2 de outubro, quatro prateleiras do supermercado desabaram e fizeram nove vítimas.

Oito pessoas sofreram ferimentos leves e a jovem identificada como Elane de Oliveira Rodrigues, de 21 anos, que trabalhava no supermercado, não resistiu e morreu após o acidente.

A promotora de Defesa do Consumidor Lítia Cavalcante informou que o acidente pode ter ocorrido por "negligência ou imprudência". Segundo a promotora, houve uma falha de segurança durante o processo de transferência da prateleira.

O supermercado faz parte do Grupo Mateus, que tem como dono o empresário Ilson Mateus

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo

Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/10/acidente-que-matou-uma-pessoa-no-mix-de-ilson-mateus-completa-duas-semanas/>

Escolas particulares de São Luís são alvos de investigação por suposto crime tributário

A 26ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís instaurou uma investigação criminal contra algumas escolas particulares da capital maranhense.

A Portaria que informa o fato foi publicada no Diário Eletrônico do **Ministério Público**.

Segundo o documento, o inquérito visa apurar, em tese, o crime contra a ordem tributária cometido em unidades escolares de São Luís.

O procedimento está a cargo do **promotor de Justiça**, Francisco Teomário Serejo Silva.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/10/escolas-de-sao-luis-sao-investigadas-por-suposto-crime-tributario/>

MP-MA elaborou um documento de apresentação de recurso para controlar a covid-19

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/10/16/TVDIFUSORAAF>

SBTMA-07.08.16-07.09.32-1602849133.mp4

46 detentos não retornaram após saída temporária do Dia das Crianças

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informa que dos 722 internos beneficiados com a saída temporária de Dia das Crianças, 46 não retornaram às unidades prisionais.

Os custodiados que não retornaram e não cumprirem a determinação estão sob pena de regressão de regime e outras sanções.

SAÍDAS TEMPORÁRIAS

Os apenados foram autorizados a sair das unidades prisionais por preencherem os critérios estabelecidos na Lei de **Execução Penal**, conforme decisões proferidas nos autos dos respectivos processos.

De acordo com a Seap, no feriado de Dia dos Pais, 705 internos deixaram o complexo penitenciário; 681 retornaram e outros 24 presos que não voltaram. Um levantamento feito de janeiro até setembro deste ano informa que 76 internos não retornaram das saídas temporárias, em todo o Estado do Maranhão, o que corresponde a 5% do total dos que receberam o benefício.

Site: <https://centraldenoticias.radio.br/46-detentos-nao-retornaram-de-saida-temporaria-do-dia-das-criancas/>

Com limitações, governo do Maranhão autoriza cinemas, shows e festas

Clodoaldo Correa

Em entrevista coletiva nesta sexta-feira (16), o governador Flávio Dino anunciou que serão reabertos os cinemas, parques infantis e estão liberados shows e festas para até 150 pessoas. Com os atuais números da pandemia do novo **coronavírus no Maranhão**, o governo entende que estas atividades podem voltar a funcionar.

Os detalhes das regras e todo o protocolo estabelecido serão divulgados na segunda-feira (19), com as regras sanitárias para a abertura estas atividades.

Porém, até o final do ano o governador diz que pode ter maior flexibilização do número de pessoas em festas se os números da covid continuarem caindo. Mas ele confirma que o Réveillon oficial promovido pelo governo está cancelado.

Site: <https://clodoaldocorrea.com.br/2020/10/com-limitacoes-governo-do-maranhao-autoriza-cinemas-shows-e-festas/>

Flávio Dino libera cinemas e antecipa pagamento do 13º

Por Zeca Soares

O governador Flávio Dino (PCdoB), anunciou nesta sexta-feira (16), em entrevista coletiva por videoconferência novas medidas de flexibilização das atividades econômicas no Maranhão.

Dentre as medidas, Flávio Dino anunciou a permissão para reabertura de cinemas a partir da próxima segunda-feira (19).

O governador anunciou a liberação das atividades nos parques infantis e a ampliação da capacidade de pessoas em eventos e festas para 150 pessoas.

Flávio Dino também anunciou na coletiva a investigação sobre novos casos de reinfecção de pacientes pelo novo **coronavírus no Maranhão** e o pagamento do 13º salário no fim deste mês.

"Anunciei agora que vamos pagar o 13º salário dos servidores do Governo do Maranhão neste mês de outubro. Objetivo é reduzir aglomerações no comércio no finalzinho do ano e, ao mesmo tempo, movimentar economia", disse.

Foto: Divulgação

Site: <https://www.zecasoares.com/2020/10/16/flavio-dino-libera-cinemas-e-antecipa-pagamento-do-13o/>